

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.104 - SP (2018/0214795-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **MARCIANA DA SILVA SANTOS - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **JOÃO BOSCO MACIEL JUNIOR - SP174887**
JAYME PETRA DE MELLO NETO - SP138665
DOMINGOS JOSE PERFETTO JUNIOR - SP373638
LAÍS PIGOZZI MATOS - SP318680
AGRAVADO : **LARA COSTA LEITE**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE ALVES VIEIRA - SP147382**
MARCOS VINICIUS GONÇALVES FLORIANO - SP210507
INTERES. : **E DA S L F (MENOR)**
INTERES. : **EDMUR DA SILVA LEITE - ESPÓLIO**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO COM A SOLUÇÃO JURÍDICA ADOTADA PELA CORTE LOCAL. TESE JURÍDICA NÃO DEBATIDA MESMO APÓS A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por MARCIANA DA SILVA SANTOS - INVENTARIANTE contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. Inventário. Pena de sonegados exige a demonstração da ocultação dolosa de bens. Manutenção da r. decisão que deixou de analisar, no âmbito restrito do inventário, a alegação de que a recorrida teria praticado ato prejudicial aos bens inventariados. Questões de alta indagação devem ser remetidas às vias ordinárias. Artigo 984 do Código de Processo Civil. Recurso improvido. PRESTAÇÃO DE CONTAS. Pelo sócio da empresa que o

falecido era sócio. Indeferimento. Pedido tem que ser feito pela via própria e não por simples petição nos autos do inventário. Recurso improvido.

INVENTARIANTE. Ex-companheira vendeu bens do casal sem autorização judicial e demonstração de anuência dos demais herdeiros e do Ministério Público - uma vez que há interesse de menor -e de nomeação de perito para avaliação dos bens. Filha é inventariante desde o início do inventário e não foram apontadas irregularidades no exercício do cargo. Manutenção da filha como inventariante. Recurso parcialmente provido.

EXPRESSÃO INJURIOSA. Partes devem se tratar com urbanidade, não podendo a defesa dos respectivos interesses passar para o plano dos ataques pessoais, com emprego de expressões não compatíveis com o decoro necessário ao bom desenvolvimento do processo.

Expressão "engodo" empregada pela recorrente contém carga pejorativa. Adequado o acolhimento do pedido da recorrida para mandar riscá-las, na forma do artigo 15 do Código de Processo Civil.

Recurso improvido." (e-STJ fl. 1.741).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 1.765).

Em sede de recurso especial, a recorrente alega, preliminarmente, o malferimento do artigo 535, II, do Código de Processo Civil/1973, em vigor à época, pois não foram analisados "os fatos novos trazidos ao conhecimento da e. Câmara, demonstrando comportamento desidioso da herdeira e inventariante Lara na administração dos bens objeto do inventário, especialmente a dilapidação do patrimônio da pessoa jurídica 'Cuca Fresca'" (e-STJ fls. 1.779/1.780).

No mérito, aponta ofensa ao artigo 990 do Código de Processo Civil/1973, em vigor à época, ao fundamento de que:

"[...] a ora recorrida foi substituída no cargo de inventariante pela ora recorrente, uma vez que esta precede aquela na ordem de preferência instituída pelo artigo 990 do CPC em vigor à época dos fatos.

Frise-se, que tal determinação foi integralmente reproduzida no Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 617, mantendo inclusive a mesma ordem de preferência para nomeação, especialmente no que tange ao objeto do presente

recurso, i.e. a primazia da companheira sobrevivente para ser nomeada inventariante do de cujus posto que a união estável persistia no momento do falecimento.

*É importante ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao julgar o Agravo de Instrumento que originou o presente Recurso Especial, **NÃO OBSERVOU A ORDEM DE PREFERÊNCIA**, ao proferir o v. Acórdão recorrido que reformou a decisão do DD. Juízo de primeira instância, reprimando, assim, a nomeação da agora recorrida à inventariança." (e-STJ fl. 1.781, grifo no original).*

Sustenta, ainda, ausência de fato relevante ou justa causa que possa desvirtuar a ordem de preferência.

Diz que houve parecer favorável do Ministério Público em primeiro grau, este, mais próximo da causa.

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 1.793/1.805.

Nas razões do agravo, a agravante afirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 1.814/1.835).

Devidamente instado, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo improvimento do presente agravo diante da inexistência de omissão, bem como diante da incidência do óbice da Súmula 07/STJ (e-STJ fls. 1.860/1.864).

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece guarida.

Preliminarmente, a recorrente alegou o malferimento do artigo 535, II, do CPC/1973, pois não foram analisados "os fatos novos trazidos ao conhecimento da e. Câmara, demonstrando comportamento desidioso da herdeira e inventariante Lara na administração dos bens objeto do inventário, especialmente a dilapidação do patrimônio da pessoa jurídica 'Cuca Fresca'" (e-STJ fls. 1.779/1.780).

Não obstante o esforço argumentativo da parte, não há se falar na omissão quanto ao alegado, isso porque, diante da análise do conjunto fático-probatório da causa, a Corte local assentou que "a recorrente (ora agravada) é inventariante desde o início do inventário e que **não foram**

apontadas irregularidades no exercício do cargo, acolhe-se, neste ponto, o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, para que esta permaneça como inventariante." (e-STJ fl. 1.744, grifei).

Nessa ordem de ideias, não se pode confundir julgamento desfavorável aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

No caso, as alegada omissão demonstra mera pretensão de rejuízo da causa, tão-somente, porque a solução jurídica adotada na origem foi contrária ao interesse da parte.

Destarte, não há se falar em violação do artigo 535, II, do CPC/1973.

No mérito, a recorrente apontou ofensa ao artigo 990 do CPC/1973, ao fundamento essencial de que a Corte local não obedeceu a ordem de preferência legal, em especial, a primazia da companheira sobrevivente para ser nomeada inventariante.

Contudo a referida tese jurídica, vinculada à alegação de ofensa ao art. 990 do CPC/1973, não foi objeto de prequestionamento na instância ordinária, mesmo após a oposição de embargos de declaração, circunstância que faz incidir a orientação disposta na Súmula n.º 211/STJ, assim disposta:

Súmula 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."*

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios na forma prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, isso porque não houve prévia fixação da referida verba na origem.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do Regimento Interno do STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator